

**ILUSTRÍSSIMO(A) SENHOR(A) PREGOEIRO(A) DO MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA –
ESTADO DE SANTA CATARINA.**

Ref.: Pregão Eletrônico nº 07/2024

IDS DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE E ASSESSORIA LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 05.982.200/0001-00, com sede na cidade de Pato Branco, Estado do Paraná, na Avenida Brasil, nº 922, Sala 01, representada por seu Sócio Administrador, Sr. Mauri Cesar Dengo, brasileiro, casado, empresário, RG nº 5.238.704-3/SSP-PR, vem respeitosamente à presença de Vossa Senhoria, com fundamento nas disposições do art. 164 da Lei Federal nº 14.133/21, nos autos do processo licitatório em epígrafe, apresentar **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2024**, pelas razões de fato e de direito elencadas a seguir.

1) DOS FATOS

Trata-se de procedimento licitatório destinado à *"contratação de empresa especializada em fornecimento de software e serviços para a gestão pública, objetivando a implantação, manutenção, suporte e correção de sistemas informatizados de gestão para a secretaria municipal de assistência social do município de Cordilheira Alta SC"*.

Ao analisar os termos do Edital, a impugnante deparou-se com irregularidade que macula a validade do certame, visto que impedirá ao Município a seleção da proposta mais vantajosa. Nesse sentido, e com o objetivo de garantir a legalidade do procedimento licitatório,

a impugnante pleiteia a retificação instrumento convocatório pelas razões que passa a expor.

2) DA TEMPESTIVIDADE DA IMPUGNAÇÃO

O artigo 164 da Lei Federal nº 14.133/21 estabelece que qualquer licitante poderá impugnar o instrumento convocatório até o terceiro dia útil que anteceder a abertura do certame, nos seguintes termos:

Art. 164. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.

A regra para contagem dos prazos previstos na Lei Federal nº 14.133/21 está prevista em seu art. 183, nos seguintes termos:

Art. 183. Os prazos previstos nesta Lei serão contados com exclusão do dia do começo e inclusão do dia do vencimento e observarão as seguintes disposições:

I - os prazos expressos em dias corridos serão computados de modo contínuo;

II - os prazos expressos em meses ou anos serão computados de data a data;

*III - **nos prazos expressos em dias úteis, serão computados somente os dias em que ocorrer expediente administrativo no órgão ou entidade competente.** (nosso grifo).*

O Edital também versa sobre o assunto em seu item 12.1 ao alegar que “os pedidos de esclarecimentos e as impugnações referentes a este processo licitatório deverão ser enviados para o (a) pregoeiro (a), até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública”.

Assim, considerando-se que a data fixada para o recebimento das propostas é o dia 05 de março de 2024 e que esta data será o início da contagem do prazo, o dia 04 será o primeiro dia útil, sendo, portanto, o dia 29 de fevereiro a data limite para a apresentação da impugnação.

Nessa linha, conclui-se que a presente peça impugnatória é tempestiva.

3) DAS ILEGALIDADES E IMPROPRIEDADES VERIFICADAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS.

3.1) DA OMISSÃO QUANTO AO INTERVALO MÍNIMO ENTRE LANCES

O Edital prevê em seu item 5.4.1 o qual versa sobre os critérios de julgamento das propostas de preço, que os lances serão enviados automaticamente pelo sistema, respeitados os limites cadastrados pelo fornecedor e o intervalo mínimo entre lances previsto para este certame.

A legislação vigente prevê a possibilidade de o Edital estabelecer um valor mínimo entre os lances ofertados na fase competitiva do pregão visando evitar a apresentação de lances com valores irrisórios. Neste sentido visando garantir a segurança jurídica do certame, destaca-se o previsto no art. 57 da Lei 14.133/21 que aduz:

*Lei 14.133 Art. 57. **O edital de licitação poderá estabelecer intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances**, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta.(nosso grifo).*

É claro o intuito do legislador de evitar a incidência de lances irrisórios durante a fase de disputa de preços, visando manter a competitividade entre os participantes, entretanto, tal prática não pode representar prejuízo para a Administração.

Destarte, o Decreto 10.024/19 versa sobre este assunto em seu bojo, no art.14, III, art. 30, §3º e art. 31, P.U, conforme seguem:

Decreto 10.024/19 Art. 14. No planejamento do pregão, na forma eletrônica, será observado o seguinte:

[...]

*III - elaboração do edital, que estabelecerá os critérios de julgamento e a aceitação das propostas, o modo de disputa e, quando necessário, **o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances**, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; (nosso grifo).*

Art. 30. Classificadas as propostas, o pregoeiro dará início à fase competitiva, oportunidade em que os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

[...]

§ 3º O licitante somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado, quando houver, **o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances**, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta. (nosso grifo).

Art. 31. Serão adotados para o envio de lances no pregão eletrônico os seguintes modos de disputa:

Parágrafo único. No modo de disputa aberto, **o edital preverá intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances**, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.(nosso grifo).

Diante da evidente omissão do instrumento convocatório em relação à previsão de um intervalo mínimo de valor entre lances, se faz necessária a retificação do referido Instrumento para garantir a segurança jurídica do certame.

3.2) DA OMISSÃO QUANTO AO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

A descrição analítica prevista no anexo "I" (minuta do contrato) do instrumento convocatório, mais especificamente em seu item 8.1 "cláusula oitava – dos reajustes", evidencia que os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

Considerando o disposto no item 14.2 do Edital o qual afirma que o prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021. Verifica-se desta forma a inviabilidade de manter um contrato pelo prazo referido sem haver o reajuste dos valores, o que inquestionavelmente acarretaria um desequilíbrio econômico-financeiro para a prestadora de serviços.

A legislação vigente é clara quanto ao assunto ao prever no art. 3º da Lei 10.192/2001 a qual estabeleceu que **os contratos administrativos serão reajustados**, desta forma deixando evidente a obrigatoriedade de reajuste desde que decorrido o lapso temporal

mínimo previsto em lei.

Neste mesmo sentido, o artigo 92, V da Lei de Licitações prevê:

*Art. 92. São necessárias em todo contrato cláusulas que estabeleçam:
[...]*

*V - o preço e as condições de pagamento, os critérios, a data-base e a **periodicidade do reajustamento de preços e os critérios de atualização monetária** entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento; (nosso grifo).*

Outrossim, o Edital também o omisso quanto à previsão de um índice de reajustamento de preços. Concomitantemente o artigo 25, §7º da Lei de Licitações prevê:

*"Art. 25. O edital deverá conter o objeto da licitação e as regras relativas à convocação, ao julgamento, à habilitação, aos recursos e às penalidades da licitação, à fiscalização e à gestão do contrato, à entrega do objeto e às condições de pagamento.
[...]*

*§7º **Independentemente do prazo de duração do contrato, será obrigatória a previsão no edital de índice de reajustamento de preço**, com data-base vinculada à data do orçamento estimado e com a possibilidade de ser estabelecido mais de um índice específico ou setorial, em conformidade com a realidade de mercado dos respectivos insumos".
(nosso grifo).*

Com isto, fica evidente que o Edital deixou de observar o que está previsto na legislação o que implica a nulidade dos atos, caso não sejam devidamente retificados.

3.3) DA OBSCURIDADE QUANTO À EXIGÊNCIA DE ATENDIMENTO PRESENCIAL

Conforme observa-se nas condições do edital, em seu **item 8. SUPORTE E MANUTENÇÃO**, o qual prevê condições para atendimento às demandas relacionadas ao objeto contratual na forma que segue:

"8. SUPORTE E MANUTENÇÃO

***8.1. O atendimento a solicitação do suporte deverá ser realizado na sede do Órgão, por técnico apto a prover o devido suporte ao sistema**, com o objetivo de:*

8.1.1. Esclarecer dúvidas que possam surgir durante a operação e utilização dos sistemas;

8.1.2. Treinamento dos usuários na operação ou utilização do sistema em função de substituição de pessoal, tendo em vista demissões, mudanças de cargos, etc.,

8.1.3. Elaboração de quaisquer atividades técnicas relacionadas à utilização dos sistemas após a implantação e utilização dos mesmos, como: gerar/validar arquivos para Órgão Governamental, Gráfica, Tribunal de Contas, auxílio na legislação.

8.1.5. O recebimento dos serviços de suporte técnico in loco se dará mediante liquidação, pelo setor competente, dos serviços indicados em documento próprio da proponente, que pormenorizadamente relate os serviços prestados e o tempo despendido para tanto". (nosso grifo).

Destaca-se que o Edital é omissivo quanto às condições para a prestação do atendimento presencial, pois não delimita quando o mesmo deverá ocorrer, seja na fase de implantação ou no decorrer da prestação do serviço.

Devido à inviabilidade de prestar o atendimento presencial em decorrência da distância da localidade das instalações da contratada em relação ao local da prestação dos serviços, tal atendimento deve ser prestado por meio de um profissional que mantenha residência na localidade da contratante (técnico residente).

Em que pese, a disponibilização de atendimento presencial conforme é solicitado no disposto acima, não está prevista dentre os serviços solicitados no Termo de Referência, pois, em momento algum o Edital prevê a prestação de assistência técnica presencial, desta forma acaba ferindo expressamente o disposto no art. 55, § 1º da Lei 14.133/21, conforme evidencia-se.

Art. 55, § 1º Eventuais modificações no edital implicarão nova divulgação na mesma forma de sua divulgação inicial, além do cumprimento dos mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

Com isto, fica claro que o referido Edital do Pregão Presencial 07/2024 deixou de observar o que está previsto na legislação quando não detalhou em seu Termo de Referência

uma planilha que expresse os **custos da licitação, os quais devem estar devidamente expressos.**

3.4) DA OMISSÃO QUANTO AO SERVIÇO DE TREINAMENTO

O objeto do Edital contempla o serviço de treinamento dos profissionais que farão uso do sistema de gestão de assistência social, conforme previsto no item 7.1 que segue:

7.1. A contratada deverá prover treinamentos aos usuários da solução e à equipe de informática da Secretaria Municipal de Assistência Social, de acordo com os requisitos e condições abaixo especificados. (nosso grifo).

Neste mesmo sentido, o Edital estabelece um prazo específico para a realização do treinamento, conforme seu item 6.1 o qual afirma que:

*6.1. A empresa a ser contratada, além do fornecimento das licenças de uso dos Sistemas de Gestão da Assistência Social, **deverá oferecer serviços correlacionados ao objeto contemplando:** implantação, **treinamento** e suporte, conforme detalhamento seguinte:*

*a. **A implantação do Sistema de Gestão de Assistência Social não poderá ser superior a 60 (sessenta) dias contados a partir do recebimento da Ordem de Compra,** e será executada conforme cronograma proposto pela contratada para implantação do sistema contemplando, obrigatoriamente, todas as necessidades da produção de informações e indicadores necessários à gestão da assistência social, bem como a alimentação dos sistemas de informações do Ministério e demais Órgãos Oficiais;*

[...]

*c. **Como parte integrante do processo de implantação, a empresa contratada deverá ministrar treinamentos aos usuários dos sistemas, proporcionando condições plenas de utilização dos sistemas ofertados.** (nosso grifo).*

Ocorre que o Edital é omissivo quanto à quantidade de profissionais que serão deverão treinados, o que impede a correta formulação da proposta pelas licitantes, na medida em que não há como dimensionar a quantidade de profissionais a serem disponibilizados para a realização dos treinamentos no prazo estabelecido.

O art. 25, da Lei Federal nº 14.133/21 é claro quando dispõe sobre o assunto, conforme segue:

*Art. 25. **O edital deverá conter o objeto da licitação e as regras relativas** à convocação, ao julgamento, à habilitação, aos recursos e às penalidades da licitação, à fiscalização e à gestão do contrato, **à entrega do objeto** e às condições de pagamento.*

Neste prisma, infere-se a obrigatoriedade do Edital em fornecer as informações necessárias à ideal entrega do objeto, para que o mesmo não incorra em nulidade por dificultar a formulação das propostas pelas interessadas.

Outrossim, fica constatada a importância de tal informação para o adequado levantamento técnico pelas licitantes, para que possam avaliar e dimensionar a disponibilidade e quantidade de profissionais para a realização dos treinamentos dentro do prazo estabelecido no instrumento convocatório.

3.5) DA IMPROBIDADE RELATIVA À AUSÊNCIA DE PERCENTUAL DE ATENDIMENTO ÀS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS NA PROVA DE CONCEITO

O edital prevê a necessidade de realização de prova de conceito no seu item 11, o qual prevê que:

*“11.1. O licitante vencedor deverá no prazo de 05 dias, a contar da data que foi declarado vencedor, **apresentar a prova de teste/demonstração técnica**, a fim de verificar se as características do que foi proposto pelo licitante corresponde às especificações/características estabelecidas neste anexo.*

*11.1.1. **A adjudicação do objeto ficará vinculada à aprovação da prova de teste/demonstração técnica apresentada pela empresa vencedora.***

[...]

***11.1.4. A comprovação dos itens deve seguir a sequência em que se encontra descrita no Termo de Referência**”.* (nosso grifo).

O mesmo texto é encontrado no Termo de Referência, também em seu item 11, descrevendo a necessidade de comprovação de atendimento aos itens listados no referido

Termo.

Fica evidente que, tanto o Edital quanto seu Termo de Referência são omissos em relação ao percentual de atendimento necessário para a aprovação na prova de conceito. Neste sentido, fica subentendido que o licitante vencedor deverá atender a 100% (cem por cento) dos itens listados no Termo de referência.

Do exposto, constata-se evidente a restrição à competitividade do certame, considerando as centenas de especificações técnicas listadas no Termo de Referência, não há como saber qual será o critério de julgamento para os referidos itens.

É necessário ressaltar que o Tribunal de Contas de Estado do Paraná, no ano de 2023, suspendeu licitação do Município de Medianeira que estabeleceu a necessidade de comprovação de 100% das especificações técnicas na Prova de Conceito, conforme notícia veiculada no dia 16 de fevereiro em seu site oficial, no seguinte link: <https://www1.tce.pr.gov.br/noticias/suspensa-licitacao-de-medianeira-para-licencas-de-sistemas-de-gestao/10261/N>

Suspensão licitação de Medianeira para licenças de sistemas de gestão

Municipal 16 de fevereiro de 2023 - 09:00

[Notícia anterior](#)

[Próxima notícia](#)



O Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR) expediu medida cautelar que suspendeu a licitação do Município de Medianeira (Região Oeste) referente a contratação de empresa especializada para fornecimento de licença de uso de sistemas de gestão pública, com acesso simultâneo de usuários via web.

Em Representação da Lei nº 8.666/93 (Lei de Licitações e Contratos), a empresa Governança Brasil S/A Tecnologia e Gestão de Serviços apontou as seguintes impropriedades no edital do certame: exigência no atendimento a 100% dos requisitos técnicos do software na prova de conceito e provável quebra de sigilo quando o município, na tentativa de demonstrar ocorrência de

competitividade, expôs na tela do sistema duas propostas com informações que não poderiam ser divulgadas publicamente.

O relator do processo, conselheiro Durval Amaral, atendeu a Representação referente ao Pregão Eletrônico 87/2022. Em seu parecer, Amaral frisou que "a imposição de tão elevado percentual de atendimento em prova de conceito terá como resultado a diminuição da competitividade e não o afastamento de concorrentes tecnicamente não habilitados".

Quanto à segunda impropriedade, relativa à quebra de sigilo de propostas, o município alegou que foi informada apenas a quantidade de propostas, sem que o teor delas tivesse aparecido. Assim, o relator a recebeu em razão de cautela para análise da sua licitude.

Para emitir a cautelar, o relator considerou que a continuidade do certame sem o enfrentamento prévio da impropriedade do edital pode resultar prejuízos ao erário, em razão da possível restrição ao caráter competitivo.

O despacho do relator, de 13 de janeiro, foi homologado de forma unânime pelos membros do órgão colegiado na sessão virtual nº 1/2023, concluída no dia 2 de fevereiro. A decisão está expressa no Acórdão nº 23/23 - Tribunal Pleno, publicado em 14 de fevereiro, na [edição nº 2.922 do Diário Eletrônico do TCE-PR \(DETC\)](#).

O Município de Medianeira cumpriu a decisão cautelar e já apresentou defesa no processo. Os efeitos da cautelar perduram até que seja tomada decisão de mérito no processo, a não ser que a medida seja revogada antes disso.

Nesse contexto, diante do consolidado entendimento dos Tribunais de Contas e visando obter uma conciliação entre os interesses da Administração e a garantia de competitividade ao certame, especialmente para impedir uma paralisação indesejada da licitação, deve ser determinada a mudança da forma de julgamento das especificações técnicas de molde a se estabelecer um padrão mínimo aceitável de 80% das características mínimas, estabelecendo-se um prazo não inferior a 120 dias para a entrega dos 20% restantes, de forma a não se favorecer, ainda que sem intenção, qualquer fornecedor do mercado.

3.6) DA AUSÊNCIA DE PREVISÃO ACERCA A LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

A Lei Federal nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), vigora desde agosto de 2020 e determina que empresas privadas e entes públicos que coletam dados pessoais, sejam eles de clientes, fornecedores ou funcionários, precisam realizar o tratamento dos respectivos dados.

Neste sentido, a referida lei tem como intuito garantir a proteção das informações dos cidadãos que são armazenadas e tratadas pelas empresas privadas e órgãos públicos, unificando regras já existentes na legislação brasileira.

Para tanto, a LGPD impôs à Administração Pública o dever de adequar suas práticas de tratamento de dados pessoais sob o manto da privacidade, dedicando seu Capítulo IV integralmente à regulação do tratamento de dados pelo Poder Público.

Em relação às licitações e contratações públicas, a LGPD aponta para o dever específico da Administração Pública de avaliar o conteúdo de documentos e informações que contenham dados pessoais que serão exigidos como condição para participar do certame ou ser contratado e de justificar a exigência de documentos que não sejam de apresentação obrigatória por força de Lei.

Logo, a LGPD aplica-se às empresas de todos os setores da economia e principalmente à administração pública e àqueles que com ela firma contratos, sendo obrigatório que realizem o tratamento de dados pessoais, independentemente do meio (físico ou digital), do país de sua sede ou do país onde estejam localizados os dados.

Neste sentido, considerando que o objeto da licitação trata da contratação de um sistema de gestão da assistência social, onde serão tratados dados considerados sensíveis acerca de todos os usuários do sistema de assistência social do município, a aplicação da LGPD tona-se indispensável, pois, garantirá a segurança das informações que integrarão o objeto da contratação.

O STJ posiciona-se sobre o tema, seguindo a inteligência do art. 3º da referida Lei, em seu sítio eletrônico (<https://www.stj.jus.br/sites/portalp/Leis-e-normas/lei-geral-de-protecao-de-dados-pessoais-lgpd>), nos seguintes termos:

“A LGPD é aplicável a qualquer operação de tratamento realizada por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, independentemente do meio, do país de sua sede ou do país no qual estejam localizados os dados, desde que a operação de tratamento de dados seja realizada no Brasil; a atividade de tratamento tenha por objetivo a oferta de bens ou serviços ou o manejo de dados de indivíduos localizados no país; ou, ainda, que os dados pessoais objeto do tratamento tenham sido coletados em território nacional.”

Não há dúvidas de que os órgãos públicos são obrigados a se adequarem à LGPD e, conseqüentemente, têm que estabelecer que as empresas selecionadas nos ditames licitatórios também estejam conformadas com essa legislação para poder executar o objeto dos contratos.

Vale citar que, por exemplo, por tratar-se de um sistema de gestão de assistência social, a empresa vencedora deverá manipular dados de Crianças e Adolescentes, sendo que a LGPD dedica seção exclusiva para o tema, sendo previsto na Seção III, Do Tratamento de Dados Pessoais de Crianças e de Adolescentes a obrigatoriedade de se realizar a segurança de tais informações.

Portando, indiscutível a obrigatoriedade da aplicação das regras contidas na LGPD para os entes Públicos e empresas privadas, sobretudo para aquelas que mantêm estreito relacionamento junto à Administração Pública, desta forma **deverão ser adotadas as providências necessárias para que o Edital seja adequado aos termos da referida legislação.**

4) DO REQUERIMENTO

Diante de todo o exposto, REQUER a suspensão cautelar do Edital, para que seja o mesmo revisto e adequado às exigências legais, possibilitando à Administração Pública a estrita observância dos Princípios da Economicidade, Isonomia, Competitividade e Legalidade, bem como a primazia do interesse público.

Por consequência, é de rigor o estabelecimento de **novo prazo para abertura da sessão**, eis que as alterações aqui pleiteadas certamente afetarão diretamente a formulação das propostas.

Assim, requer **SUSPENSÃO imediata do certame**, até julgamento definitivo do presente, a fim de que se evitem danos irreparáveis ou de difícil reparação ao Erário, bem como envio do presente pleito ao Tribunal de Contas.

Nestes termos, pede deferimento.

Pato Branco, 29 de fevereiro de 2024.

IDS DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE E ASSESSORIA LTDA.

Mauri Cesar Dengo

Sócio Administrador